

1 **ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**
2 **HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL REALIZADA EM 30/06/2008.**

3
4
5 Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, no auditório Shirley Palmeira/ Instituto
6 de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, situado a Rua Desembargador Leão Neto
7 do Carmo, Quadra 03 Setor 03 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, com início às 08 horas
8 realizou-se a sexta reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, onde
9 estiveram presentes os seguintes membros do conselho: Lorivaldo Antônio de Paula, titular,
10 Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SUPEMA; Eni Garcia de Feitas, 2º
11 suplente, SUPEMA; Angélica Haralampidou, Titular – IMASUL, Leonardo Sampaio Costa, 1º
12 suplente, Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL; Elisabeth Arndt, 2º
13 suplente, IMASUL; Hermes Vieira Borges, 1º suplente, SEPROTUR; José Nascimento de
14 Oliveira, 2º suplente, SEPROTUR; Eduardo Francisco dos Santos Filho, titular, Secretaria de
15 Estado de Obras Públicas e de Transportes – SEOP; Serafim Maggioni Júnior, titular, Secretaria de
16 Estado de Saúde – SES; Helen Neves Dutra da Silva, 1º Suplente, MPE; André Luiz Rachid, 1º
17 Suplente, Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari
18 – COINTA; Felipe Augusto Dias, titular, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; Jânio
19 Fagundes Borges, titular, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
20 José Aparecido Fernandes Gonçalves, titular, Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Miranda – CBH
21 rio Miranda; Sérgio Adalberto Oliskovicz, titular, Pantanal Energias do Brasil – Pantanal
22 Energética; Sueli Santos Teixeira, 1º suplente, Pantanal Energética; Antônio Rodrigues de
23 Vasconcelos Filho, 1º suplente, Administração da Hidrovia do Paraguai – AHIPAR; Lincoln
24 Corrêa Curado, titular, Alessandro Oliva Coelho, 1º Suplente - Federação da Agricultura do Estado
25 de Mato Grosso do Sul – FAMASUL; Roberto Folley Coelho, titular, Associação dos Produtores
26 de Arroz e Irrigantes do Mato Grosso do Sul – APAI. O conselheiro Lorivaldo Antonio de Paula
27 designado pelo Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Carlos Alberto Negreiros
28 Said Menezes, deu início à reunião chamando o Conselheiro André Rachid do COINTA para
29 acompanhar os trabalhos da mesa, após verificação de quorum e fazendo a leitura integral da Ata
30 da 5º reunião Ordinária deste conselho, após leitura e sua aprovação, deu seqüência à pauta
31 entrando no segundo ponto que tratava da Organização das Câmaras Técnicas do CERH a
32 qual foi pedido para que os integrantes deliberassem uma data para início dos trabalhos das
33 duas reuniões das Câmaras Técnicas do CERH; conforme deliberações foram confirmadas
34 as seguintes datas para a primeira reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão
35 de Recursos Hídricos, ficando marcada para o dia 09 de julho de 2008 às 15 horas no
36 Auditório do hotel Metropolitan, em Campo Grande e a reunião da Câmara Técnica de
37 Assuntos Legais e Institucionais aconteceria no dia 10 de julho a partir das 09 h no
38 Auditório do IMASUL. Dando seqüência a pauta, a Gerente de Recursos Hídricos
39 Angélica Haralampidou explanou sobre o Cadastro de Usuário de Recursos Hídricos
40 falando sobre os seguintes itens do Cadastro, o que é? Qual a sua importância como
41 instrumento? Como funciona? Em que ele vai beneficiar? Foi conversado com os
42 conselheiros sobre a minuta de resolução que o Imasul elaborou, a qual foi repassada para a
43 SUPEMA a fim de dar prosseguimento aos trâmites legais de publicação; além disso, a
44 explanação teve como objetivo solicitar a participação dos conselheiros em incentivar o
45 cadastramento voluntário dos usuários por eles representados. O Conselheiro Sérgio
46 Oliskovicz da Pantanal Energética solicitou que dentro do cadastro seja colocado um
47 campo para identificar o empreendimento a montante e jusante do cadastrante. Foi
48 lembrado também que o cadastro é para todos os usuários e que não tem vínculo o

49 licenciamento ambiental, o conselheiro Jânio Borges lembrou que no Estado tem rios de
50 domínio da união e que neles não podemos gerenciar os recursos hídricos, pois é de
51 competência da ANA, mas a conselheira Angélica falou que podemos conhecer os
52 empreendimentos nesses rios e é isso que o cadastro nos proporciona. O conselheiro Sergio
53 Oliskovicz falou sobre a facilidade do Cadastro pela Internet, que aceleraria o processo e
54 daria agilidade ao mesmo. A conselheira Angélica demonstrou a minuta de resolução do
55 cadastramento para todos e o conselheiro Jânio falou o cadastramento é um trabalho de
56 todos e que só trabalhando em conjunto é que iremos ter êxito neste árduo trabalho, o
57 conselheiro Jânio Borges falou que deve ser feito o cadastramento por bacia hidrográfica,
58 porque assim teria melhor encaminhamento e seria mais viável a busca de recursos para o
59 trabalho, comentando que assim seria mais fácil realizar os primeiros cadastros. A
60 Conselheira Angélica falou que isso é um assunto para ser resolvido pelo CERH. O
61 Conselheiro Felipe falou que o cadastro tem como proveito de evolução na gestão recursos
62 hídricos, e que a primeira bacia a ser realizado o trabalho de cadastro poderia ser o
63 Miranda, pois já tem uma mobilização forte. A conselheira Angélica falou que a proposta é
64 abrir o cadastro para todos, mas podendo ter uma campanha mais forte no Miranda. O
65 Conselheiro Eduardo Coelho da APAI falou que é importante ter no cadastro o horário de
66 funcionamento ou de utilização dos recursos hídricos, pois é de suma importância saber a
67 hora que é mais relevante o seu uso, e reforça a obrigatoriedade de falar do uso montante e
68 jusante dos empreendimentos e ainda falou sobre a fiscalização pelo cadastro; a conselheira
69 Angélica falou que o Cadastro não servirá e não terá o objetivo de fiscalização e por isso
70 não está vinculado ao licenciamento. A Conselheira Eny falou que o cadastro deveria ter
71 um prazo vinculado, pois seria importante para implantar a Outorga. O Conselheiro da
72 Seprotur José de Oliveira lembrou que deveria falar sobre o potencial real de
73 armazenamento de água em cada empreendimento. Foi solicitada pelos pares que fosse
74 enviado a proposta de cadastro para os conselheiros e esperasse novas sugestões. Mais uma
75 vez a conselheira Angélica falou que o objetivo do cadastro não é de proibir e inibir nada
76 de empreendimentos e sim como uma forma de obtenção de dados. Passando ao próximo
77 item de pauta, foi lido pelo Conselheiro André Rachid do COINTA para os conselheiros o
78 documento expedido da sua entidade, o qual solicita maiores informações sobre os
79 empreendimentos de geração de energia na bacia dos rios Piquiri e Taquari, que seja dada a
80 publicidade e revelado a atual criticidade das obras de geração de energia nestas bacias. O
81 Conselheiro Sergio, somando ao pedido do COINTA, falou que os empreendimentos
82 elétricos seguem os pedidos da legislação ambiental, tanto estadual e municipal, falou que
83 todas as mitigações estão sendo cumpridas e explicou alguns dos pontos solicitados pelo
84 COINTA. A conselheira Elisabeth falou que a prefeitura tem um trunfo na mão, quanto à
85 geração de energia, quando tem que dar uma carta de anuência aos empreendimentos e ali
86 poderia pedir complementações e que nesta etapa, é de fundamental a participação do
87 município e também no momento de licenciamento, ou seja, nas audiências públicas. O
88 conselheiro Lorivaldo pedindo a palavra propõe aos conselheiros o encaminhamento do
89 pedido de solicitação de informações aos órgãos competentes, ficando assim o conselho de
90 enviar ofícios para ANEEL, ANA, IBAMA e IMASUL solicitando as respostas deles
91 quanto aos empreendimentos energéticos naquelas bacias. A conselheira Sueli falou que
92 existe um inventário de registro ativo dos empreendimentos elétricos na internet. A
93 conselheira Angélica reforçou que conselho deve oficializar este pedido e que seja enviado
94 em primeiro lugar para a ANEEL, pois ela tem a responsabilidade destes estudos

95 juntamente com a EPE. A conselheira Eni de Freitas falou sobre a DRVH que é feita pela
96 EPE. Ficou definido que o conselho irá fazer as solicitações das informações para o
97 IBAMA, ANNEL , EPE, IMASUL, ANA e quando estas tiverem retorno seriam
98 repassadas aos conselheiros e ao COINTA. Abrindo o último ponto da pauta referente aos
99 assuntos gerais o conselheiro José de Oliveira do SEPROTUR falou sobre a necessidade de
100 repensar os estudos de micro bacias e como este conselho deve priorizar estes estudos; O
101 Conselheiro André Rachid do COINTA informa que alguns estudos já existem por parte do
102 COINTA , mas ainda acha pouco e deve ser fomentado mais o tema. O Senhor Lorivaldo
103 falou sobre algumas iniciativas do Estado para o estudo de Micro bacia do Rio Taquari. A
104 conselheira Elisabeth falou sobre o estudo da Bacia do Apa pelo projeto Pé na Água do
105 CNPQ e que este estudo estava em CD ROM e que iria disponibilizar aos conselheiros para
106 a leitura. Após estes encaminhamentos, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a
107 reunião, lavrando-se a presente ata que vai assinada pelo pelos componentes da mesa e por
108 mim Leonardo Sampaio Costa que a lavrei.

109
110
111 Campo Grande-MS, 30 de junho de 2008.

112
113
114
115 Lorivaldo Antônio de Paula
116 Conselheiro Titular/ SUPEMA

117
118
119
120
121 Leonardo Sampaio Costa
122 Conselheiro Suplente / IMASUL

123
124
125
126 Andre Luiz Rachid
127 Conselheiro COINTA

128
129
130 aprovada